

“Relevantando a aldeia, fortalecendo nosso espírito de guerreiro”: reflexões sobre corpos, territórios e encantaria nas retomadas Anacé

Luciana Nogueira Nóbrega¹
Lia Pinheiro Barbosa²
Universidade Estadual do Ceará

Resumo: Desde a década de 1990, o Estado brasileiro tem investido recursos na instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a oeste de Fortaleza, Ceará. Contudo, essa área corresponde à parte do território do povo indígena Anacé, que, no processo de resistência aos impactos socioambientais, tem mobilizado múltiplas ações para garantir seus direitos de existir. Dentre essas ações, as retomadas tem sido uma prática empreendida por parcela do povo Anacé que permanece reivindicando a demarcação da Terra Indígena. Nesse contexto, realizamos um estudo sobre as retomadas Anacé efetivadas entre os anos de 2015 a 2019, buscando compreendê-las enquanto prática política, simbólica e social, que agencia corpos, encantados e territórios, tecendo outras possibilidades de presente e de futuro. Ao retomarem seus territórios, os Anacé promovem uma autodemarcação da terra e de si mesmos, libertando as encantarias e os fluxos da vida de seus aprisionamentos impostos pela modernidade ocidental capitalista.

Palavras-chave: retomadas Anacé; território; encantaria.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará, com bolsa do CNPq. Mestre e graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Integra o Observatório dos Direitos Indígenas e o Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas da UFC.

² Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM (2013). Professora da Graduação e da Pós-Graduação junto à Universidade Estadual do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa Pensamento Social e Epistemologias do Conhecimento na América Latina e Caribe. Pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

“*Relevantando the village, strengthening our warrior spirit*”: reflections on bodies, territories and enchantment in the Anacé retaking

Abstract: Since the 1990s, the Brazilian state has invested resources in the establishment of the Industrial and Port Complex of Pecém, located to the west of Fortaleza, Ceará. Nonetheless, this area belongs to part of the territory of the *Anacé* indigenous people, who, in the process of resistance towards the socio-environmental impacts, have mobilized multiple actions to guarantee their rights to exist. Among these actions, there taking of land have been a practice under taken by part of the *Anacé* people who continue to claim for the demarcation of the indigenous land. In this context, we conducted a study about the *Anacé* retaking of land carried out from 2015 to 2019, seeking to understand them as a political, symbolic and social practice that acts on bodies, enchanted people and territories, weaving other possibilities for the present and the future. By retaking their territories, the *Anacé* people promote a self-demarcation of the land and of themselves, freeing the enchantments and the flows of life from their imprisonments imposed by Western capitalist modernity.

Key words: retaking Anacé; territory; enchantments.

“*Relevantando a la aldea, fortaleciendo nuestro espíritu guerrero*”: reflexiones sobre los cuerpos, los territorios y el encanto en las retomadas Anacé

Resumen: Desde la década de 1990, el Estado brasileño ha invertido recursos en la instalación del Complejo Industrial y Portuario de Pecém, al oeste de Fortaleza, Ceará. Sin embargo, esta área corresponde a parte del territorio del pueblo Anacé que, en el proceso de resistencia a los impactos socioambientales, ha movilizado múltiples acciones para garantizar sus derechos de existencia. Entre estas acciones, las retomas han sido una práctica realizada por una parte del pueblo Anacé que sigue reclamando la demarcación de la Tierra Indígena. En este contexto, realizamos un estudio sobre la recuperación de tierras de los Anacé realizadas entre los años 2015 y 2019, buscando entenderlas como una práctica política, simbólica y social que agencian cuerpos, encantados y territorios, tejiendo otras posibilidades de presente y futuro. Al recuperar sus territorios, los anacé promueven una autodemarcación de la tierra y de sí mismos, liberando los encantos y los flujos de la vida de sus prisiones impuestas por la modernidad occidental capitalista.

Palabras clave: retomadas Anacé; território; encantaria.

Desde a década de 1990, o Estado brasileiro tem investido altas somas de recursos para a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, um conjunto de indústrias de grande porte (siderúrgicas, refinarias, termoeletricas) e de logística (porto, ferrovia, rodovias), localizado nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, a oeste de Fortaleza, Ceará.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) é o principal projeto de grande escala ou projeto de desenvolvimento (RIBEIRO, 2012) do Estado do Ceará, o qual compreende a construção de um porto, siderúrgica, um pólo metal-mecânico e um petroquímico (AQUINO, 2000), além de diversas indústrias correlatas. Dentre as principais indústrias que integram o Complexo, citamos a Companhia Siderúrgica do Pecém, a Vale, a ENEL, a Votorantim, a Cimento Apodi, a White Martins, a Companhia Sulamericana de Cerâmica, a TermoCeará, a Siderúrgica Latino Americana, dentre outras.

A mesma área escolhida para a implantação do CIPP, contudo, corresponde à parte do território Anacé, que, no processo de resistência aos impactos socioambientais, tem experimentado múltiplos processos de territorialização (OLIVEIRA, 2016) e mobilizado agências e ações diversas no intuito de garantir seus direitos de existir. Dentre essas ações, as retomadas têm sido uma prática empreendida por parcela do povo Anacé que, não tendo sido realocado, permanece reivindicando a demarcação da Terra Indígena. De 2015 até 2019, os Anacé realizaram quatro retomadas, sendo três em uma região conhecida como Salgadinha/Japuara, e uma quarta realizada em uma região conhecida como Lagoa do Barro, todas inseridas no território reivindicado como tradicionalmente ocupado.

Considerando que as retomadas devem ser compreendidas no contexto de cada grupo que a exercita, enquanto prática política e social, ou seja, como uma categoria nativa e, portanto, relacionada a contextos socioculturais específicos (TÓFOLI, 2010), buscamos investigar quais os sentidos das retomadas para os Anacé.

A presente pesquisa é resultado do acompanhamento de duas das quatro retomadas, ao longo dos anos de 2016 a 2019, junto ao povo Anacé. Esse acompanhamento das retomadas envolvia tanto a produção de informações de campo, quanto a elaboração de estudos técnicos que subsidiaram a atuação da Fundação Nacional do Índio, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União em defesa dos indígenas Anacé.

Em maio de 2020, a pesquisa de campo foi complementada com entrevistas realizadas com os caciques do povo Anacé, Roberto Ytaysaba Anacé e Climério Anacé, seguindo um roteiro semiestruturado. Como estávamos no início da pandemia da Covid-19, o acesso às terras indígenas era vedado, tendo em vista a necessidade de isolamento social para a redução da transmissibilidade do vírus, razão pela qual as entrevistas ocorreram por chamada de vídeo, no caso de Roberto Anacé, e por meio de troca de mensagens de voz, no caso de Climério Anacé³.

Após o levantamento dos dados de campo, procuramos compreender as múltiplas camadas que envolvem a forma retomada (ALARCON, 2013) para os

³ A profundidade das entrevistas realizadas por meios digitais só foi possível de ser alcançada considerando a relação de longa data que temos com os Anacé, uma relação de mais de dez anos.

Anacé, cotejando os achados de pesquisa com os trabalhos de Tófoli (2010), sobre as retomadas nos Tapeba, no Ceará; de Alarcon (2013), acerca das retomadas nos Tupinambá da Serra do Padeiro, na Bahia; e de Seraguza (2018), sobre as retomadas Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Muitas vezes tratadas como termos intercambiáveis, as retomadas e as autodemarcações ocorrem em contextos de longa demora em processos de demarcação oficial e, por vezes, coincidem como atos de resistências a ameaças territoriais e socioambientais iminentes (MARTINS e NÓBREGA, 2019).

De acordo com Alarcon (2013: 100), “as retomadas de terra consistem em processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não índios”. Essas práticas não são recentes no contexto dos povos indígenas no Brasil (MARTINS e NÓBREGA, 2019), sendo uma forma de ação política que pode ser compreendida quase como epítome da mobilização indígena no Nordeste brasileiro (ALARCON, 2013). Partindo dessas premissas, buscamos compreender as retomadas Anacé em meio a um contexto histórico e político mais amplo, em especial, a partir de meados da década de 1990.

Os Anacé e o CIPP – estratégias de resistência

Entre os anos de 1995 e 1999, centenas de famílias foram desapropriadas nos municípios de São Gonçalo do Amarante e de Caucaia, a oeste do Ceará, para fins de instalação das primeiras indústrias integrantes do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, sendo algumas alojadas nos assentamentos de Novo Torém, Forquilha e Monguba. Nesse período, diversas organizações civis e religiosas de Fortaleza, dentre elas a Pastoral do Migrante, atuavam na região prestando apoio às famílias atingidas.

De acordo com Aires e Araújo (2010), nesse momento, não havia, ainda, uma existência pública dos Anacé. Na documentação ou jornais da época consultados pelos autores, eram utilizadas terminologias como “moradores”, “comunidade”, “comunidade atingida” e “pescadores” para se referir aos grupos que resistiam ou eram impactados pelo CIPP. Foi a partir da mobilização de indivíduos pertencentes a determinadas famílias impactadas das localidades de Gregório (os Rocha Moraes), Paú, Torém, Madeiro, Matões, Bolso, Coqueiro, Coité, Pitombeira, Cambéba (Pereira), Caraúbas (os “Naila”) (AIRES e ARAÚJO, 2010), além de um trabalho proposto pela Pastoral do Migrante a uma escola da região, que as histórias indígenas começaram a sair da invisibilidade. De acordo com Lima (2017: 42),

inicialmente, pelas ações do Serviço Pastoral do Migrante, que, por conta dos processos de desapropriação ocasionados pelo CIPP, desenvolvia ações na região e incentivou a realização de gincana numa escola tradicional da região, que consistiu na busca pela história de nossos antepassados e na constituição/ocupação dos territórios pertencentes às comunidades de Bolso – São Gonçalo do Amarante – e Matões – Caucaia, por meio da consulta aos idosos da comunidade. [...] O objetivo inicial desta gincana era provocar um despertar para a possibilidade de resistência ao processo de desapropriação por meio da valorização da história do lugar. Quando os professores (muitos deles não indígenas) perceberam que o resultado foi além do esperado, muitos passaram a incentivar que os alunos e outras lideranças comunitárias aprofundassem a proposta e pesquisassem sobre as origens destas comunidades.

Um momento bastante emblemático na organização política das famílias indígenas para, reconhecendo-se como tal, permanecerem no território de seus antepassados foi a luta pela manutenção do Cemitério do Cambéba. Situado em área

a ser desapropriada pelo Governo do Estado para implantação do CIPP, o cemitério teria mais de 300 anos, sendo um importante local utilizado por diferentes povos indígenas, para enterrar e velar seus mortos.

Tendo em vista o interesse do Governo de remover o cemitério do local, violando as sepulturas, diversas famílias das comunidades de Bolso, Coité, Pitombeira, Matões e outras se reuniram e formalizaram um abaixo-assinado com mais de 315 assinaturas entregues à Comissão Especial de Desapropriação do Governo do Estado, obtendo, em 1997, uma decisão sobre a manutenção do cemitério no local em que se encontrava.

O movimento de resistência diante das desapropriações e remoções e, especialmente, devido à iminente destruição do Cemitério do Cambeba, possibilitou que, no processo de luta, muitas famílias começassem a recontar algumas histórias. Histórias que os pais e avós haviam lhes contado, mas que, pelo medo, foram sendo enterradas na memória. Histórias dos encantados, das danças, dos rituais, das curas, dos massacres, das resistências foram sendo percebidas como comuns ao grupo. Assim, o silêncio, outrora estratégia de resistência, passou a ser rompido e memórias que estavam submersas (POLLAK, 1989) precisaram ser trazidas à superfície de modo a fortalecer e a conduzir uma luta coletiva para permanecer no território reivindicado.

Resistindo às remoções, muitas famílias passaram a se identificar como Anacé, afirmando-se publicamente enquanto grupo diferenciado ao tempo em que se articulavam com o movimento indígena estadual e nacional. A consciência de que constituíam e de que constituem um povo indígena parte das relações peculiares que tecem com o território que habitam; de uma memória coletiva que os interliga a uma população ancestral; das danças, ritos e tradições reconhecidas por eles como indígenas, como o toré e a dança do São Gonçalo⁴; e de uma matriz simbólica peculiar: a corrente dos encantados.

A corrente de índios ou corrente dos encantados é um dos elementos reiteradamente presentes nas narrativas entre os Anacé. Segundo Antonio Freire de Andrade, Anacé de Matões, em entrevista ao jornal Porantim, os índios que morreram na luta se encantaram e assim “surtiu a corrente dos encantados que vai do Gregório ao Morro do Sirica. Passa por cima do Jirau, Baixa das Carnaúbas, Baixa da Almeixa e aí ‘brenha’ na mata. Quem tiver força e poder de receber, é só passar por baixo. Eles dão força, ajuda” (FREIRE DE ANDRADE *apud* PICANÇO, 2006: 6).

O Cacique Antônio Ferreira Anacé, em obra escrita por ele, intitulada “Resgate Histórico do Povo Anacé”, descreve a corrente dos encantados do seguinte modo:

Temos mais novidades dos nossos antepassados que choram, nossos espíritos sentindo falta das matas que foram desativadas pelos invasores estranhos de sangue diferente que nos contaminaram de doenças malignas e o choro dos nossos espíritos sai do São Carro passando acima da Mangabeira abaixo da Araticuba passando no Pau Branco, sai abaixo do Garrote acima das Pindobas, entrando na Salgada ficando na mata da aldeia até a mata do Tapacaú, a noite sempre ouve o clamor de muitas vozes não podemos entender, mas sabemos que eram nossos antepassados clamando a manifestação dos Anacé que estava próximo o renascer dos Anacé. Toda essa história vinha sendo contada pelo Manuel Inácio da Silva [...] ele dizia, eu não alcanço mais talvez você e seus filhos e talvez até seus netos alcance que os índios ainda vão voltar novamente a receber suas terras tradicionais, mas os Anacé ainda vão lutar para ganhar porque no

⁴ A dança do São Gonçalo performatizada pelos Anacé atravessa a ação política, aglutinando pessoas, narrativas e memórias, dando sentido simbólico, emocional e ritualístico aos argumentos que publicamente – para os não índios – justificam a luta em torno da terra. De acordo com Souza (2019: 42), “a dança teve um forte papel na afirmação étnica, pois é constituída pela espiritualidade e a ligação territorial, envolvendo a força ancestral, fé e proteção. Para nós é uma herança passada de geração a geração”.

pacto que fizeram com o pai Tupã os Anacé renasceram. Foi como um estrondo no mar. (FERREIRA, s/d)

O clamor das muitas vozes ouvidas pelos Anacé lembra-os do pacto que fizeram com o pai Tupã (figura demiúrgica principal) de que os indígenas renasceriam na luta. É a corrente dos encantados que representa os antepassados dos atuais Anacé que, ao morrer, se encantaram, passando a povoar as matas de seu território tradicional (BRISSAC e NÓBREGA, 2010). Como se constata, a relação dos Anacé com os seus ancestrais é entretecida com a relação que eles mantêm com o território que ocupam: embora os encantados também circulem, eles *estão* fisicamente identificados nos locais reivindicados pelos Anacé como indígenas, o que garante força e legitimidade à sua luta. Portanto, mais do que representação ou simbolismo, a corrente dos encantados constrói os mundos Anacé e lhes atribui práticas de sentido (GOMES DE LIMA, 2018).

A corrente dos encantados é a chave epistêmica para compreender a relação simbiótica entre corpos-território-resistência-emoções que relembra e ativa os processos de luta, ou o “renascer dos Anacé”. É essa corrente que gera um fluxo incessante: os atuais Anacé também comporão, quando falecerem na luta ou se encantarem, essa mesma corrente, ampliando suas vozes e seu clamor. Destacamos, ainda, que na dimensão da encantaria Anacé outras formas de vida não humanas (GOMES DE LIMA, 2018) também se encontram na simbiose corpos-territórios-resistência-emoções.

Durante o período de articulação e mobilização dos moradores de São Gonçalo do Amarante e Caucaia que passaram a se reconhecer como povo indígena Anacé, houve uma suspensão na onda de desapropriações nessa região. Logo após a instalação dos primeiros empreendimentos, impasses políticos e pressões de outros estados para receber as indústrias acabaram “atrasando” a conclusão do CIPP (AQUINO, 2000).

Em janeiro de 2007, entretanto, o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), possibilitando a retomada do projeto do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em razão dos amplos incentivos federais. Em 19 de setembro de 2007, o governador do Estado do Ceará publicou, no Diário Oficial, o Decreto 28.883/2007, declarando de utilidade pública para fins de desapropriação e implantação das obras e serviços do Parque Industrial do Pecém uma poligonal equivalente a 335 km², entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, área superior ao projeto inicial do CIPP.

O PAC retomou a proposta de instalação de uma refinaria de petróleo na região do Pecém. Aliado à refinaria, outros empreendimentos vieram a se somar no contexto do CIPP, tais como: retroporto (edificações situadas em terra firme), ferrovia Transnordestina, gasoduto, ampliação de vias rodoviárias, em especial, federais, termelétricas a carvão mineral e transposição do rio São Francisco (eixo norte). Diante disso, iniciou-se uma nova fase de desapropriações na região de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Embora essa fase tenha sido realizada pelos órgãos estaduais de forma semelhante à ocorrida nos anos de 1996 a 1999, ou seja, sem garantir o direito à informação às populações impactadas (ARAÚJO, 2008), diferenciou-se pela resistência dos moradores, sobretudo daqueles que já se identificavam como povo indígena Anacé.

A ação coletiva dos Anacé orbitou em torno de estratégias que disputaram, com o Estado, narrativas e posições, especialmente no que se refere aos sentidos de desenvolvimento. Assim, os indígenas precisaram aprender a traduzir suas experiências do particular para o geral, do familiar para o institucional, mobilizando

atores e instituições, o que os possibilitou entrar, de vez, na cena pública. Dentre essas estratégias, citamos a) a articulação com o movimento indígena estadual e nacional para o fortalecimento das alianças entre diferentes povos indígenas; b) pedidos de realização de audiências públicas perante a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; c) articulações com grupos de pesquisa e extensão das Universidades Estadual e Federal do Ceará; d) formulação de denúncias, requerimentos e representações junto ao Ministério Público Federal (MPF) no Ceará; e) pressão, junto aos órgãos do Estado, para a implementação de políticas públicas diferenciadas de saúde e educação escolar indígenas, além da demarcação da Terra Indígena Anacé.

A exemplo de outros povos e grupos afetados por projetos de grande escala ou projetos de desenvolvimento, os Anacé promoveram um tipo de ação coletiva conectando e construindo redes de ativismo a partir da mobilização de inúmeros atores, incluindo os estatais. A combinação de sujeitos, organizações, campanhas, coletivos, movimentos sociais, entre outros, que conecta os afetados em si nos territórios com outros atores, é um dos elementos inovadores da política dos afetados por empreendimentos, conforme enunciado por Losekann (2016).

A agência promovida pelos Anacé, que pode ser compreendida a partir dos exemplos acima descritos, foi essencial para que o discurso fechado e hermético do Estado e dos agentes econômicos em torno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém passasse a ser questionado. O CIPP era resultado de um projeto de desenvolvimento que desconsiderava os impactos sobre os corpos e sobre o território Anacé ou tratava esses impactos como meras externalidades aos empreendimentos. Na realidade, observamos que a concepção de desenvolvimento associada aos megaempreendimentos em voga na América Latina tem se traduzido em uma disputa territorial entre o capital transnacional e os diferentes povos do campo, indígenas, camponeses entre outros, estes articulando, cada vez mais, um processo de resistência arraigado em um paradigma onto-epistêmico do campo (BARBOSA, 2019), em que o território é compreendido como espaço de reprodução da vida em sentido omnilateral.

Em 21 de julho de 2010, atendendo à determinação judicial, a Fundação Nacional do Índio publicou a Portaria 1.035, alterada em outubro de 2010, pela Portaria 1.566, constituindo um Grupo de Trabalho para identificação e delimitação da Terra Indígena Anacé, incluindo as aldeias de Matões, Bolso, Baixa das Carnaúbas, Currupião, Japuara e Santa Rosa.

Após os primeiros levantamentos de campo realizados, a Funai concluiu pela não existência da tradicionalidade na ocupação indígena nas áreas de Matões e Bolso, justamente as mais impactadas pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém, inclusive, onde se pretendia instalar uma Refinaria da Petrobrás. Entendeu o órgão indigenista oficial que, diante do conjunto de indústrias instaladas na área do CIPP e da presença considerável de não índios, não se poderia mais caracterizar o território como indígena, já que os Anacé haviam perdido a hegemonia no controle do seu espaço de vivência.

O fundamento para essa manifestação da Funai é analisado por Tófoli, que ressalta o contexto político-eleitoral, com eleições presidenciais e estaduais agendadas. Tanto a candidatura de Cid Gomes para Governo do Estado quanto a de Dilma Rousseff para Presidência evidenciavam a promessa de construção da refinaria do Pecém, obras essas articuladas ao PAC (TÓFOLI, 2012). Por outro lado, empreendimentos dessa natureza conformam o capitalismo por expoliação, atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no contexto latino-americano e que requer, como mecanismo para sua reprodução, um marco jurídico-legal regulado

pelos Estados nacionais que legitime o avanço da expropriação territorial (BARBOSA, 2019).

Para os indígenas, a manifestação da Funai foi um golpe, abrindo espaço para novas remoções:

desta vez a aldeia Matões seria impactada e removida por completo. Diante de todo esse cenário, começamos a travar uma batalha contra o governo do Estado do Ceará, entendendo que nossos direitos estavam sendo violados mais uma vez. [...] Assim as possibilidades para a ampliação do complexo aumentaram, já que estava “livre” do processo de demarcação da área indígena. (SOUZA, 2019: 47)

Em razão desse entendimento da Funai, foi proposto um Programa Emergencial de realocação de 163 famílias Anacé das aldeias de Matões e Bolso impactadas pelo CIPP, para uma área a ser adquirida pelo Estado do Ceará e pela Petrobrás. Após inúmeras reuniões, em 22 de novembro de 2013, foi assinado o Termo de Compromisso celebrado entre o Estado do Ceará, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, a Fundação Nacional do Índio – Funai, as comunidades indígenas Anacé de Matões e Bolso, o Ministério Público Federal e a União, com o objetivo de, de um lado, assegurar a liberação do terreno onde seria implantada a Refinaria Premium II e os demais empreendimentos que compunham o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e, de outro, a constituição da Reserva Indígena Taba dos Anacé, local onde seriam realocadas as famílias indígenas. Souza (2019: 48) destaca que:

Em 2014 tem início a concretização da construção da Reserva Indígena Taba dos Anacé. Todo o processo de desterritorialização, tristeza, e angústia se inicia novamente. Até então, a expectativa girava em torno das condições de vida e adaptação à nova vida na reserva, sem se saber se a nova terra seria boa para plantação de árvores que dão frutos como na antiga morada. Afinal, como saber se não se tem vivência com o novo ambiente de morada? A terra tradicional continua sendo, pelo menos por agora, aquela que vivemos a vida toda, pois para se adaptar ao novo lugar levará tempo até que se possa “replantar” e “refazer” as referências que acionam costumes e tradições.

O empobrecimento e a desterritorialização sentida pelos Anacé não foram os únicos efeitos da chegada do CIPP. Souza destaca que “para além de todas as mazelas causadas, sucedeu-se também as manifestações espirituais, causada por toda destruição nas matas” (2019: 52), a indicar uma quebra na corrente dos encantados e na dimensão da encantaria Anacé.

Em fevereiro de 2018, foi inaugurada a Reserva Indígena Taba dos Anacé, iniciando-se um novo ciclo no processo de territorialização desse povo indígena, em especial, no que se refere às 163 famílias que foram realocadas. Em paralelo à implantação da Reserva Indígena, permaneceu em suspenso a situação do território indígena remanescente (Japuara e Santa Rosa) reivindicado como tradicionalmente ocupado pelos Anacé. Mais distante da área declarada para fins de utilidade pública para implantação do CIPP, a área reivindicada pelos indígenas Anacé correspondente à região de Japuara e Santa Rosa foi igualmente estudada pelo Grupo de Trabalho de 2010, no entanto nenhuma manifestação conclusiva sobre esse território foi emitida pela Funai até o momento.

Nesse contexto, os Anacé de Japuara iniciaram o processo de retomada de suas terras. De 2015 até 2019, foram realizadas quatro retomadas Anacé, cada uma com um contexto específico. Em fevereiro de 2018, após visitar uma área que os Anacé haviam retomado em janeiro, o Presidente da Funai à época comprometeu-se a atender a uma solicitação da Associação Indígena do Povo Anacé das Aldeias de Caucaia, e criar um novo GT para dar continuidade e celeridade aos trabalhos de identificação e delimitação da Terra Indígena. No entanto, apenas em outubro de 2018, a Funai publicou a Portaria 1.354, alterada em 2019 pela

Portaria nº 888, constituindo novo Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares para o reconhecimento da Terra Indígena Anacé (Japuara e Santa Rosa), estando pendentes as conclusões do GT.

As retomadas Anacé

No início de 2015, os Anacé de Japuara realizaram a primeira retomada. De acordo com Climério Anacé, essa retomada, denominada por eles de Retomada da Salgadinha, começou a ser organizada no começo do ano de 2015 até se concretizar no dia 30 de março do mesmo ano. Os motivos que levaram à execução da retomada estavam relacionados, segundo nosso interlocutor, à falta de espaços para os indígenas desenvolverem suas atividades e seus projetos:

foram dois meses organizando e planejando ela por um simples motivo, o território Anacé é cercado por grileiros, fazendeiros e posseiros e a maioria do povo tava sem espaço para plantar e já tinha voltado um projeto de um posto de saúde para o nosso território que não tinha, sabe, e esse posto foi remanejado para outra localidade, para a localidade de Santa Rosa, e a gente conversando com algumas lideranças, foi tomada a decisão que a gente ia fazer uma retomada porque não dava mais pra gente perder um posto de saúde, os projetos, porque não tinha espaço para colocar, né?

Os Anacé, especialmente da região conhecida como Japuara, vivem em um território encravado por grandes e médias propriedades de terra, algumas delas resultantes de antigos engenhos de cana e de fazendas de criação de gado que funcionavam na região. A entrada dos fazendeiros nunca foi total, porque os indígenas continuaram mantendo pequenos núcleos de resistência, pequenos sítios, ou vivendo, ainda que de forma subalterna, nos seus territórios de ocupação tradicional. Para os indígenas, quem não é Anacé é grileiro, fazendeiro ou posseiro, sendo que a relação desses com o território, embora eventualmente lastrada por um título de propriedade, não é reconhecida pelos indígenas.

Embora a região da Japuara esteja cerca de dez quilômetros do centro nevrálgico do CIPP, os Anacé dessa região também sofrem impactos diretos do Complexo, os quais são impulsionados por outros empreendimentos, como rodovias, loteamentos, projetos de agronegócio e de exploração mineral, muitos deles com o objetivo de se obter insumos para as indústrias e construções do CIPP.

A retomada realizada em 2015 coincide, ainda, com o retorno do Cacique Antônio Anacé ao território, já que por conflitos familiares, passou um tempo na Terra Indígena Pitaguary, em Maracanaú. “Então, coincide uma coisa com a outra. O cacique volta e administra a retomada”, afirmou-me Climério Anacé.

A chegada na primeira retomada, entretanto, não foi tranquila, como, em regra, nunca o é. Embora o planejamento tenha sido realizado por muitos meses e os indígenas contassem com o apoio dos encantados, a Polícia Militar de Caucaia foi chamada e efetuou a prisão de três lideranças todas com mais de 60 anos, dentre elas Seu Antônio, então cacique do povo Anacé. Não havia crime imputado a eles, nem mesmo inquérito ou processo em curso. Conforme relato dos indígenas, o Coordenador Regional da Funai em Fortaleza à época foi acionado e conseguiu “soltar” as lideranças indígenas, após mais de seis horas de detenção. O retorno de Seu Antônio e das demais lideranças à retomada naquela noite fortaleceu a luta e “espírito de guerreiro” Anacé. A primeira cerca havia sido levantada, a aldeia poderia levantar com a força dos encantados.

De 2015 a 2019, foram realizadas quatro retomadas, sendo três delas consolidadas, ou seja, embora tendo sido alvo de processos judiciais de reintegração de

NOGUEIRA NÓBREGA, Luciana; PINHEIRO BARBOSA, Lia.
“Relevantando a aldeia, fortalecendo nosso espírito de guerreiro”

posse, apenas uma retomada sofreu ordem de despejo, sendo que as demais permanecem na posse indígena. Em geral, os Anacé afirmam que o motivo que os move para realizar as retomadas é a defesa do território e das suas condições de vida. Ter espaço para a agricultura é importante. No entanto, mais que isso, a realização das retomadas está intimamente ligada com a organização indígena. Desse modo, podemos falar de ciclos de retomada, oscilando entre momentos de “calmaria”, de consolidação dos espaços, e com momentos de ápice da luta. Logo, as retomadas são processos: “porque a retomada faz parte de um pico de organização muito grande, sabe, então, quando acontece uma retomada, o nosso povo se organiza mais, de momentos em momentos” (Climério Anacé).

A primeira retomada, de 2015, é compreendida pelos Anacé como aquela que possui uma significação peculiar. Foi a partir dela que o território foi se descortinando e, se antes, eles tinham que viver em pequenos sítios encravados em um território dominado por fazendeiros, grileiros e posseiros, a retomada lhes permitiu garantir espaço para as mobilizações, para as reuniões e para os rituais, fazendo a terra aparecer.

Perguntado sobre qual retomada, dentre as que Roberto Anacé acompanhou, havia lhe marcado muito, ele respondeu:

A primeira retomada, ela marcou muito. Quer dizer, cada retomada ela tem uma simbologia, ela tem algo que marca. E eu vou falar das retomadas que eu frequentei, que eu estive e o que foi que marcou todas elas. Elas não são iguais, né? Vamos tratar a retomada como um local da terra, do planeta, aqui onde eu estou não é igual aonde você está, mas está conectada. A terra é conectada. As plantas, as raízes são conectadas. Existe uma espiritualidade que conecta e passa a conectar tudo isso. Pra mim te falar isso daí, eu tenho que fazer esse contexto. Eu vou arrodar um pouco. A jurema que está aqui, as raízes dela está na terra e existe essa conexão com a terra. Assim como a ayahuasca tá lá na ponta do Brasil, ela tá plantada, então ela tem essa conexão. Os mesmos valores. Digamos assim, a erva daninha ela tem o seu valor importante, senão ela não existiria. Então, todas as existências existem porque tem o seu valor nessa cadeia inteira. Então, as raízes conectadas da jurema com a ayahuasca, elas produzem as mesmas coisas, se alimentam do mesmo ser que é a terra, assim como nós. Então, estamos todos nós conectados. [...] Então, a importância da retomada é isso. É trazer para o ser humano essa conexão. É mostrar para o ser humano essa conexão. E a coisa que mais marcou na primeira retomada, é uma coisa que não é física, mas é, foi, não chego a dizer o grito, mas foi a expressão de libertação do povo na primeira retomada. Porque até então, o povo vivia em reuniões, em quintais. Em reuniões em casas de pessoas e não tinha um local específico para se reunir, para reconstruir o laço com a terra e esse momento da primeira retomada foi um bater de asas para se criar uma ideia de que nós podemos avançar e tentar curar as feridas da nossa terra, seja as feridas nas matas, seja as feridas nas agressões. [...] Então, essa primeira retomada teve esse valor e trouxe para os nossos indígenas o que é mais importante para um guerreiro que é a vontade de lutar, a vontade de viver, né? A vontade e a consciência da união do povo Anacé.

As retomadas garantem, desse modo, uma conexão dos Anacé com o território e consigo mesmos. Representam uma expressão de altivez de se fazer Anacé, de se fazer guerreiro, rompendo o ciclo de destruição das matas e dos próprios indígenas. É a “expressão de libertação” e de cura dos territórios, das matas e das feridas em si mesmos. As retomadas reconstróem as relações, recompondo as múltiplas agencialidades que integram o território (os antepassados, o sagrado, os corpos e as encantarias), expressando um tipo de ecologia dissidente de que nos fala Villela e Alencar (2020).

Estamos diante, portanto, de uma outra semiótica, de outras ecologias, que não as do Estado, que não as jurídicas, com seus repertórios de léxicos que enquadram, definem, definham. Constituem uma expressão de um paradigma onto-epistêmico próprio da memória histórica dos povos indígenas da América Latina, em que o território é compreendido como espaço de reprodução da vida desde

uma matriz de coexistência entre seres vivos, não vivos e a natureza, enraizado em uma dimensão epistêmica e ontológica arraigada às cosmovisões e às cosmovivências traduzidas na ação política contemporânea (BARBOSA, 2019). As retomadas Anacé são formas de promover os fluxos da vida em suas múltiplas conexões; são processos vivos que não se limitam, por exemplo, às categorias estatais de terra indígena ou áreas demarcadas.

São, portanto, formas de resistência que não apenas se opõem ao principal projeto de desenvolvimento do Estado do Ceará, capitaneado pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém, ou à inação e omissão reiterada e deliberada da Fundação Nacional do Índio no sentido de reconhecer os direitos territoriais do povo Anacé. São resistências que criam, que re-existem. Onde se enxerga ruína e vidas precárias, as retomadas criam potência de presente e de futuro, colocando mundos divergentes em perspectiva.

As retomadas também são uma forma de permitir que as memórias submersas possam ser contadas a partir de novas linhas corporificadas no território. Ao retomarem, os Anacé liberam porções físicas do seu território e trazem à tona memória dos seus antepassados, provendo uma dimensão curativa nesse processo. São dobras da memória em que o passado se articula e é reelaborado pelo presente possibilitando o advento do que ainda não chegou, mas cujas condições de possibilidade de existir já estão aqui.

Logo, as retomadas compreendem não apenas um ato político de ocupar territórios, impulsionando a realização da demarcação pelo Estado, mas, antes disso, para os Anacé, as retomadas compreendem reaver uma relação, seja com a terra, seja com os encantados, seja com eles mesmos.

esse motivo da minha existência nessa década, nesse momento, nessa dimensão é para tentar devolver aos nossos antepassados e aos que estão presentes isso que era nosso e que nos foi tirado. Foi tirado num momento utilizando muitas vezes a fé, utilizando religiões, utilizando política. Então, nós enquanto guerreiros, estamos aqui para defender tudo isso. E retomada é um nome simbólico, mas na verdade, é a terra que nos interessa. [...] Nós queremos ver as matas como eram, queremos ter as caças como tínhamos, queremos ver os pássaros que tínhamos, porque muitos dos nossos não vê, não temos o prazer de ver. Então são essas coisas que parecem invisível ao olho do branco, mas são essas coisas, são esses laços que são importantes. O pássaro fica lá na sua árvore, mas a gente sente que a gente tem um laço com ele. A terra tá lá, pode ser cultivada ou não mas a gente sente que a gente tem um laço com ela. Então, é muito importante a retomada porque a retomada dá esse gosto ao indígena de curar aquele ser que é a Terra. A gente tenta fazer isso. Enquanto eles avançam com imobiliárias, com indústrias, com agronegócio, a gente tenta avançar também para curar aquela terra que foi devastada, que foi sangrada, que foi destruída, que foi tirada. (Roberto Anacé)

As retomadas não recuperam só terras, portanto. Elas recuperam memórias, parentes, encantados, bichos e o próprio sentido de vivência territorial para além de uma matriz antropocêntrica e em prol da mais-valia. Constitui a contraposição fundamental à concepção de território do capital, encerrada no binômio *propriedade privada-mercadoria*, e que tem subsidiado a lógica de desenvolvimento pela espoliação. Na fala de Roberto Anacé, é forte a motivação das retomadas como condição de possibilidade para que os diferentes animais e os encantados voltem a habitar o território e, com eles, a própria memória que volta e se reelabora junto com a terra.

A segunda retomada, realizada no ano de 2016, teve uma motivação um pouco diferente da primeira. Os Anacé se viram em uma situação de defesa de uma indígena que ficava fazendo a “guarda” de uma das entradas da retomada. As mulheres cumprem importantes papéis no contexto das retomadas Anacé, seja

promovendo, junto com os homens, o ato inicial de entrada no território, seja garantindo a alimentação para todos os indígenas, como também, a guarda e a vigília dos locais retomados.

Já a segunda retomada foi uma questão não sei se de orgulho ou se foi de defesa. Acredito que foi mais de defesa pelo ser feminino. No momento dessa segunda retomada, o posseiro, todos os dias, passava na casa da vizinha, da pessoa que era uma das que cuidava do terreno, e ameaçava ela. Fez BO, levou para a delegacia. E as lideranças pegaram e disseram: olha, isso daí acabou-se. Se ele vai fazer isso com você, ele vai fazer com todos agora. E aí, nós adentramos na segunda retomada. E a gente começou a criar esse laço, esse entendimento das lutas. O povo começou a ab-solver, a inferir esse espírito dos guerreiros indígenas Anacé. (Roberto Anacé)

O entendimento das lutas que Roberto menciona levou a uma compreensão, entre os Anacé da Japuara, de que a defesa da Mãe-Terra também implica em uma posição de intolerância à violência contra as mulheres. Essa, portanto, passou a ser uma questão bastante relevante nas reuniões entre os indígenas, motivando a mobilização das mulheres e debate entre elas e eles sobre as formas de reduzir essa forma de violência. O espírito dos guerreiros indígenas Anacé também passava pela compreensão das lutas de forma articulada, porque as opressões também operam de forma articulada, tendo a esposa de Roberto, Áurea Anacé, um papel destacado na condução desse tema.

Em julho de 2017, ocorreu a terceira retomada. Diferente das anteriores, essa retomada foi realizada em local, ainda que reivindicado pelos indígenas Anacé, mais distante das retomadas anteriores e sem seguir o rito das retomadas Anacé, que começam com intensa pesquisa, planejamento e orientação dos encantados. É a encantaria Anacé que informa o melhor local e período para as retomadas serem efetivadas. Em outras palavras, os encantados possuem um destacado papel político na definição e sucesso das retomadas, sendo esse segredo acessível apenas aos Anacé. São o algo mais importante que não pode ser conhecido de que nos falava Stengers (2018) em sua proposição cosmopolítica.

Porque assim, a ideia dos guerreiros e das lideranças Anacé era fazer mais as coisas [mas] é como os encantados quer. A gente entende isso. [...] nesse contexto, surgiu a entrada de uma terra que era ali na Lagoa do Barro. E nesse mesmo dia que eles estavam cortando para fazer suas barracas, suas coisas, eu passei lá em frente. [...] A gente não parou para perguntar quem era, só passamos e voltamos. Com três dias depois, eles vieram aqui falar com o Cacique Antônio porque eles tinham sofrido ameaças. A pessoas que se dizia [dono], que não é daqui é um italiano. Aí, eles vieram aqui para dizer que tinham sofrido ameaça, que estavam entrando dentro de uma terra. E nesse momento dessa luta, eles mesmos se identificaram e disseram: “ah, mas tem mesmo os indígenas que é parente, mais o quê” e vieram aqui saber da certeza e pedir ajuda ao Cacique Antônio. E o Cacique Antônio, como guerreiro, ele não negou ajuda. E nós começamos a intensificar nossa presença na Lagoa do Barro e começamos a mapear quem era e quem não era [indígena]. Porque nesse momento entra pessoas que não são indígenas, e é preciso separar o trigo do joio. E a gente começou a mapear as famílias e dizer, e foi uma coisa que afastou muita gente, claro, que não tinham interesse indígena. A gente disse que a terra não é vendável. Pode-se fazer uma distinção, porque para os Anacé, a terra não é vendável. [...] Uma coisa importante para nós, a gente retratar isso. Nós Anacé. Pode ser meu irmão, se ele destratar a nossa Mãe-Terra vendendo ela, ele não pertence mais ao nosso povo. Então, isso é regra. É lei. E dado pelo cacique. (Roberto Anacé)

A retomada da Lagoa do Barro seguiu, assim, um destino diferente das anteriores. Embora tivesse contado com o apoio das lideranças Anacé, a retomada foi questionada judicialmente, tendo a Justiça estadual deferido ordem de reintegração de posse em processo movido pelos proprietários do imóvel (Processo 0063923-67.2017.8.06.0064). Não obstante a legislação determine que a compe-

tência para julgar o caso era da Justiça Federal, a reintegração de posse foi cumprida em janeiro de 2018, deixando inúmeras famílias indígenas sem destino. Essas famílias foram acolhidas pelos Anacé de Japuara nas retomadas anteriormente realizadas, ampliando a necessidade de uma nova retomada. Foi nesse contexto que os Anacé realizaram a retomada São Sebastião. As demais retomadas serviram para fazer a aldeia aparecer, sendo utilizadas para moradias, para área de cultivo e de encontros e reuniões. Mas faltava um espaço para a espiritualidade florescer. De acordo com Roberto Anacé:

E já a terceira retomada⁵, porque o cacique disse que nós precisávamos ter um local para os nossos rituais, precisávamos ter um local para nós. Como diz alguns estudiosos, a espiritualidade Anacé é pra dentro, então a gente tenta fazer o máximo de segredo possível relacionado a isso. É tanto que o cacique, na terceira retomada, já tinha marcado um canto, a espiritualidade tão grande, o entendimento, já tinha marcado um canto que seria o cemitério do povo Anacé. E esse cemitério ficou lá criado. E o cacique brincando disse que o primeiro velho que fosse dava o nome pro cemitério. E hoje, o nome do cemitério, é cemitério do Cacique. E nessa ideia, da terceira retomada, eu acredito que a terceira retomada é uma retomada da espiritualidade.

Seu Antônio Anacé faleceu de forma abrupta em junho de 2019. Embora o falecimento do cacique tenha sido repentino, seu filho, Climério, estava bem seguro das obrigações que teria, a partir das instruções que seu pai havia lhe dado. Desse modo, provocou a Fundação Nacional do Índio que emitisse documentação à funerária garantindo que o ritual fúnebre, conforme solicitado pelo cacique, fosse cumprido. Esse ritual envolvia o desejo de ser enterrado em uma área de retomada, em local onde não havia cemitério constituído ainda.

Nesse período, a retomada São Sebastião não estava assegurada aos indígenas que enfrentavam bastante resistência dos não índios, incluindo guerra de boletins de ocorrência, de processos judiciais e de incursões de equipes armadas para intimidação. No entanto, o desejo do cacique envolvia realizar a autodemarcação⁶ do território com seu próprio corpo.

O pai foi plantado, né, não se enterrou, foi plantado na nossa última retomada que a gente chama aqui de Retomada São Sebastião como um ato de auto-demarcação com o próprio corpo, sabe, foi um espaço que ele, em vida, delimitou, ele, em vida, escolheu o canto que ele queria descansar, sabe? E isso é algo muito forte dentro do nosso povo, porque isso ajuda a gente a continuar no caminho da luta, no caminho da resistência. Os encantados tem esse importante papel, sabe, de escolher, não escolher o canto, né?, mas fazer a guarda, fazer a defesa das retomadas. Antes da retomada, a gente tem adotado rituais pra fazer. A gente tem feito algumas cerimônias e até mesmo o encantado ele vem e fala e dá orientações de como será a retomada, como será não só no dia da retomada, mas como será nos próximos tempos de retomada. Então os encantados tem esse importante papel porque eles também não podem dizer “vai ser aquela”, não, eles podem orientar como é que acontece, como é que faz, como é que se organiza sabe. Então esse importante papel do encantado é a defesa do nosso território junto com a gente, nos orientando. (Climério Anacé)

Compreender e seguir as orientações dos encantados é, portanto, uma garantia do sucesso da luta, sendo esses sujeitos políticos centrais no contexto das re-

⁵ Roberto não havia inicialmente contabilizado a retomada da Lagoa do Barro como uma das retomadas Anacé, preferindo não mencionar essa experiência não exitosa. Apenas quando questionado por nós se compreendia a tentativa de reaver a área da Lagoa do Barro como retomada, é que afirmou ter sim se tratado de uma retomada, mas não como as outras. Nesse sentido, a indicação numérica aqui se referia à contagem antes desse questionamento. Cronologicamente, portanto, a retomada São Sebastião seria a quarta retomada.

⁶ Embora retomada seja o termo mais corrente entre os Anacé, também encontramos as lideranças afirmando, em algumas oportunidades, que o ato de reaver parcelas do seu território tradicionalmente ocupado era um ato de autodemarcação. Desse modo, os termos são cambiáveis entre si, havendo, entretanto, uma prevalência no uso da categoria retomada.

tomadas Anacé. Demarcar a terra com o próprio corpo, conectar os indígenas antepassados que morreram na luta com os atuais Anacé pela terra, é algo que, na compreensão dos indígenas, passa pela mediação das retomadas:

Antes disso tudo, antes da gente recomeçar o movimento, relevar o nosso povo, reorganizar o nosso povo, a gente sabia que uma parte do nosso povo ela não tinha trabalho, não tinha esperança, era totalmente entregue aos grandes poderosos, sabe, no emprego, nisso tudo. Quando a gente começa uma retomada, a gente começa a dar uma visão pro povo de que é possível ser livre. É possível ser livre dentro do território, não é preciso ser preso dentro desse território. Com a auto-demarcação com o corpo do pai, isso se consolida, sabe?, que a gente é livre, a gente pode ser livre em vida, pra que quando a gente tombe, a gente tenha um canto sossegado pra descansar, um canto onde a gente sabe que é o nosso lugar, é o nosso sagrado, é o nosso canto. E isso é muito importante pro nosso povo. É ter consciência que apesar de tudo tenha um canto pra vir, um canto pra voltar. Eles podem rodar o mundo, podem ir pra vários cantos, mas eles sempre vão ter o canto deles, seguro, certo, porque é ali onde vai estar o cacique deles. E isso é o, isso aqui não é um pensamento meu, é um pensamento que a própria comunidade expõe muito forte isso. (Climério Anacé)

O fato de as nossas retomadas, todas elas, o fato de terem a sua maneira específica de se entender, tem, mas elas tem uma chave. A chave é devolver primeiramente ao povo a sua ancestralidade e seu entendimento de guerreiro. O ponto principal das retomadas é devolver ao povo o seu entendimento de guerreiro, o seu entendimento de Anacé. E as retomadas elas tem sido sim um ponto de apoio para os indígenas que estão dentro da retomada e para os indígenas que estão dentro do território indígena. Porque a retomada é um pedaço do próprio território indígena para mostrar ao próprio povo e ao Estado que nós existimos. [...] Então é esse o fato. A retomada tem sido sim ponto de apoio para o povo Anacé e ela, até determinados momentos, impõe como é a regra dentro do território, né? (Roberto Anacé)

As retomadas garantem, assim, não apenas uma vida possível de ser vivida no presente, uma vida livre e conectada com a corrente dos encantados, mas também possibilitam pensar e projetar novas vidas no futuro. Retomar, portanto, não é retornar a um passado idílico, mas garantir condições de possibilidade para se recriar o mundo e criar coisas novas em mediação com a ancestralidade dos lugares e da memória. Desse modo, viver Anacé no território tradicionalmente ocupado envolve agenciamentos múltiplos em um universo cosmológico que é constituído a partir de mediações com tudo o que coexiste, co-habita e confere força ao lugar (encantados, ancestrais, os antigos). Nesse sentido, a retomada é a retomada de múltiplas coisas tangíveis e intangíveis que se processam em tempos e espaços múltiplos, envolvendo todos esses agenciamentos que compõem o território.

Os sentidos Anacé para as retomadas os aproximam, portanto, dos Guarani e Kaiowá conforme refletido por Seraguza (2018: 227):

Pensar as “retomadas” de terra nesse contexto, levando em consideração a complexidade de sua composição, de que não se trata de recuperar “a terra pela terra”, a proposição cosmopolítica nos mostra “algo de mais importante”, como o que se retoma com isso: a relação com os parentes, o ato de comer junto, a possibilidade de vivenciar acontecimentos, os bons modos de vidas, os cuidados com as pessoas, e principalmente, a relação com as plantas, os animais, que são mediadas pelas divindades; e as próprias relações estabelecidas com essas divindades.

No entanto, fazer retomada para os Anacé não é uma tarefa tranquila. Para eles, são muitas as dificuldades que aparecem:

As dificuldades que a gente encontra são três, no meu ponto de vista, né? A primeira é a não regularização do nosso território que nos obriga a fazer a nossa autodemarcação e com isso vem um complô, um coletivo, um conjunto de negação por parte do Poder Judiciário, até por parte do próprio poder da Funai, até do próprio Ministério Público, DPU, tudo isso. Então essa articulação ela tem que ser construída e muitas das vezes não encontramos nessas organizações pessoas que tenham simpatia, sabe,

a própria Funai no seu papel constitucional de uns 8 anos pra cá ela não vem exercendo de forma esse papel. O Ministério Público, a DPU tem cumprido seu papel constitucional. O Ministério Público tem deixado falta. É, o Poder Judiciário mesmo, a Justiça, as Procuradorias também não tem cumprido muito bem esse papel de proteger e de defender. O segundo é a nossa organização política mesmo que muitas das vezes nós mesmos entramos em conflitos sobre a própria retomada, sabe, sobre como organizar ela, como reger ela, mas essa não seria uma grande dificuldade, é mais no âmbito do debate. E a terceira é a violência que a gente sofre por meio de terceiros, que ameaçam, hostilizam, isso tudo. (Climério Anacé)

Importante notar na fala de Climério que as retomadas não são processos estanques, acabados. Tem conflitos externos e internos, já que o consenso é um processo bastante delicado de costura cotidiana. Como se luta junto não está dado, se aprende fazendo, mas isso, como ele mesmo diz: “não seria uma grande dificuldade, é mais no âmbito do debate”. O difícil mesmo é dialogar com os outros e com o Estado:

A coisa mais difícil nas retomadas é a compreensão do Estado. Que ele dita as leis, diz que é para seguir as leis e ele mesmo não segue. Como no fato da demarcação, né? [...] Teria que passar por todo o processo, esse estudo, chegar ao momento da desintrusão, isso no prazo de cinco anos. É regra. Tá na Constituição. Então, essa dificuldade que a gente entende é que o próprio Estado não segue a Constituição. O próprio Estado que cria as constituições, os políticos, eles não seguem. Então a dificuldade maior é a gente entender que a Constituição punitiva ela só é para nós. Então, quando a gente adentra numa retomada, só vêm punição. Nunca vem uma coisa boa, tipo, o reconhecimento da lei: “eles estão certos”. Estão reavendo o que era do povo. Mas isso não é feito. Então, é uma dificuldade muito grande. Um entendimento do Estado para com a nossa existência. (Roberto Anacé)

Como vimos, as retomadas Anacé não ocorreram sem que o aparato criminalizador do Estado mostrasse a sua face e fosse confrontado. A prisão para averiguação do cacique Antônio Anacé, em 2015; o cumprimento de ordem de reintegração de posse deferida por juiz estadual e sem competência legal para tanto, em 2018; a omissão da Fundação Nacional do Índio em reconhecer e assegurar o território tradicionalmente ocupado pelos Anacé e as incontáveis intimidações e humilhações que os indígenas passam para fazer valer o seu direito do existir, são exemplos de que os Anacé estão colocando seus corpos no fio da navalha, abrindo fissuras na ordem colonial ainda imposta e atualizada pela modernidade ocidental capitalista.

Considerações finais

As retomadas Anacé não estão só relacionadas com a necessidade de impulsionar o Estado brasileiro a cumprir sua missão constitucional de demarcar os territórios indígenas. Para os Anacé, esse agir está fundado em uma visão cosmológica peculiar (STENGERS, 2018), que relaciona os territórios com os corpos Anacé e com a dimensão da encantaria, não subsumíveis às formas capitalistas de ser, fazer e existir. Dentro de um processo de resistência histórica dos povos indígenas latino-americanos, representa a disputa e defesa de outra concepção de território em estreito vínculo com outro paradigma onto-epistêmico (BARBOSA, 2019).

Não desconsideramos que as retomadas tenham um importante papel de provocar o Estado, especialmente quando o processo de demarcação encontra-se ainda na primeira fase desde 2010, mas os Anacé se mobilizam muito antes disso para provocar a si mesmos, para romper com o processo de fabricação de corpos na pasteurização da vida ocidental-capitalista, o que também poderíamos chamar

de confiscação de modos de vida (VILLELA e VIEIRA, 2020), recompondo os laços, as raízes e *a corrente dos encantados*.

Na pesquisa com os Anacé, dialogamos com a ideia de retomada como uma ação de múltiplas camadas, que busca superar os acontecimentos coloniais, renovados cotidianamente, de destruição dos corpos e das matas, resgatando a dimensão do cuidado curativo da terra e de si mesmos. Ao retomarem os seus territórios, os Anacé promovem uma autodemarcação da terra e de si, libertando as encantarias de seus aprisionamentos.

Na mesma medida em que se mobilizam, os Anacé são mobilizados pelos encantados, informados por uma memória acessada na reconstrução das relações e conectados com um fluxo ininterrupto que, segundo eles, está nos nossos corpos e em todos os existentes.

Recebido em 30 de abril de 2021.

Aceito em 30 de agosto de 2021.

Referências

AIRES, Max Maranhão Piorsky; ARAÚJO, Isadora Lídia Gonçalves. *Os Anacés e a Refinaria Premium II: mobilizações étnicas e grandes projetos de desenvolvimento*. Fortaleza, 2010 (mimeo).

ALARCON, Daniela Fernandes. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. *RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais*, 7 (1): 99-124, 2013.

AQUINO, Jakson Alves de. *Processo decisório no Governo do Estado do Ceará (1995-1998): o porto e a refinaria*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2000.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. *Urbanização litorânea nordestina: os casos de Pecém e do Arpoador – Ceará*. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1897.pdf>. Último acesso em 12 de mar. 2012.

BARBOSA, Lia Pinheiro. “Paradigma Epistêmico do Campo e a construção do conhecimento na perspectiva dos movimentos indígenas e camponeses da América Latina”. In: SANTOS, Arlete Ramos et al. *Educação e movimentos sociais. Análises e discursos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. pp. 279-299.

FERREIRA, Antônio. *Resgate Histórico do Povo Anacé*. Mimeo. s/d.

GOMES DE LIMA, Hércules. Vestindo corpos: regimes do visível nas pinturas Anacé. Monografia. Curso de Design e Moda, Universidade Federal do Ceará, 2018.

LIMA, Thiago Halley Santos. *O conhecimento na escola indígena no Ceará: práticas de ensino diferenciado na escola indígena Direito de Aprender do Povo Anacé*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, 2017.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 20: 121-164, 2016.

MARTINS, Martha Priscylla Monteiro Joca; NÓBREGA, Luciana Nogueira. Entre retomadas e autodemarcações – lutas indígenas por recursos naturais, territórios e direitos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Jurídicos*, 14 (3): 85-99, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: *O nascimento do Brasil e outros ensaios – “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016. pp. 193-228.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3): 3-15, 1989.

SERAGUZA, Lauriene. Em tempos de fins: “reservamento”, “retomadas” e múltiplas formas kaiowa e guarani de composição. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 5 (10): 223-40, 2018.

SOUZA, Rute Moraes. *Tabas, roças e lugares de encanto: construção e reconstrução Anacé em Matões, Caucaia, Ceará*. Monografia. Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 442-464, 2018.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. Disputas Territoriais entre o Complexo Industrial e Portuário do Pécem e as populações tradicionais. *Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia*. São Paulo: ABA, 2012.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. *As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2010.

VILLELA, Jorge Mattar; VIEIRA, Suzane de Alencar. Introdução. In: VILLELA, Jorge Mattar; VIEIRA, Suzane de Alencar (orgs.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. pp. 11-33.

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

*A Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste
recebe o ano inteiro, em*

**FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).**

*Interessados na submissão de trabalhos e
também em atuar como*
pareceristas
podem realizar seus cadastros em

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso